

# Negar racismo faz psicanálise brasileira reeditar sofrimento psíquico social, aponta psicóloga

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 17/08/2017)** Lançado no último final de semana pela editora Perspectiva, *O Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a psicanálise* traz uma análise aprofundada do racismo 'à brasileira' - aquele que todo mundo até admite que existe mas ninguém admite que pratica; ou, como denunciou Abdias Nascimento, um racismo 'dissimulado', 'mascarado', 'insidioso' e, por isso, ainda mais efetivo no genocídio a que se propõe.

Organizado pelas psicólogas e psicanalistas Maria Lúcia da Silva, Noemi Moritz Kon e Cristiane Curi Abud, a coletânea de artigos aborda também como o racismo institucional afeta a categoria e compromete a própria efetividade do campo psicanalítico frente a uma população de maioria negra em um país historicamente estruturado sobre a base de um racismo que impacta todas as relações sociais e subjetividades.



O livro foi produzido a partir de um evento que teve o mesmo nome, realizado em 2012 após um ano de debates sobre um episódio de racismo ocorrido em sala de aula no Instituto *Sedes Sapientiae* (leia mais clicando na imagem disponibilizada mais abaixo nesta página).

Para saber mais sobre o livro e sobre esse debate, a *Agência Patrícia Galvão* entrevistou Maria Lúcia da Silva, ou Lucinha - como carinhosamente é conhecida a psicóloga, psicanalista e ativista de larga trajetória de atuação no movimento negro e no feminismo, integrante da coordenação executiva do [Instituto AMMA Psique e Negritude](#) e empreendedora social reconhecida pela [Ashoka Brasil](#).

**O livro mostra como o debate sobre o racismo estrutural na psicologia e na psicanálise brasileiras ainda é bastante incipiente. Na sua avaliação, como isso empobrece o exercício profissional em um país de maioria negra?**

De fato, podemos pensar que uma psicanálise no Brasil que não pensa o Brasil - que não tenha em mente a construção histórica do país se deu e quais são os grupos alijados dentro dessa história - não está de acordo com a nossa realidade. Nesse sentido, ela se empobrece. Mas se pensarmos na manutenção dos privilégios e na 'reserva de mercado', isso com certeza favorece um grupo e uma classe, como acontece em qualquer tema, lugar ou setor. A psicanálise não está fora do contexto nacional do racismo estrutural.

A outra questão é que nós, ativistas e o movimento, devemos fazer – como vimos fazendo desde que o primeiro africano chegou ao Brasil – uma investida para que as instituições sejam mais democráticas, incorporem a realidade brasileira e, a partir daí, façam as devidas correções nas suas rotas, para que possam absorver uma população que está alijada há séculos dos espaços de visibilidade e intervenção.

Por outro lado, como são profissionais que recebem em seus consultórios, clínicas e instituições a população com seus diferentes pertencimentos, mais do que empobrecer, o que acontece é uma reedição do trauma que a população negra já vem sofrendo. A pessoa busca um lugar para trabalhar a dor psíquica provocada pelo percurso de vida como um todo – só que no caso dos negros esse percurso está atravessado pelo racismo – e encontra muitas vezes, na grande maioria dos casos, profissionais que, ao não considerarem o racismo como elemento promotor de sofrimento psíquico, negam a dor daquela pessoa.

*Invisibilizar esse processo tão visível empobrece o exercício profissional na medida em que os profissionais negros não são reconhecidos e, mais do que empobrecer, abre espaço para um novo ataque no lugar onde a pessoa busca ajuda.*

### **E como se construiu no Brasil esse percurso de deixar de lado a colonização e a escravidão, sendo que a psicologia e a psicanálise têm como pilares avaliar como o ambiente social influencia na formação e nos sofrimentos dos sujeitos?**

Esse setor é dominado por brancos de classe média e média alta porque a formação em psicanálise é muito cara para dar conta das etapas exigidas, inclusive por demandar uma análise pessoal do profissional, além do processo de supervisão, nos espaços de aprendizagem, que também exige muitos recursos materiais. Então, vamos ficando de fora, porque do ponto de vista socioeconômico não temos recursos para fazer parte desse processo. É no aspecto econômico que vamos sendo tirados desse lugar, por isso são tão poucas as psicanalistas negras no Brasil.

### **E as que existem são muito pouco reconhecidas e difundidas.**

Sim. Há poucas. Mas do ponto de vista histórico há esse apagamento. Por exemplo, [Virgínia Bicudo](#), que foi a expoente da psicanálise no Brasil e, junto com Durval Marcondes, instalou a Sociedade de Psicanálise em São Paulo, que na década de 1950 participou da pesquisa da Unesco sobre a questão do racismo no Brasil, pela tonalidade clara de sua pele só foi reconhecida como mulher negra pela Sociedade Brasileira de Psicanálise há uns três anos, embora tenha atuado profundamente sobre esse tema. Sua tese na Escola de Sociologia e Política de São Paulo foi sobre o racismo.

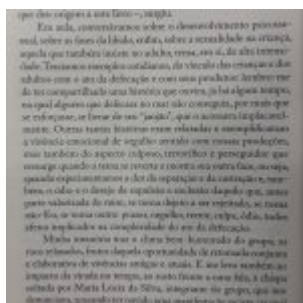
Mas a visibilidade no campo da psicanálise é dada a partir da pertença às instituições e aos grupos que de alguma maneira visibilizam os temas a partir dos debates, construções, publicação de livros, o que nunca foi um espaço ‘permitido’ e no qual transitássemos. E mesmo quando transitamos nele, vamos fazê-lo com todas as precariedades que a nossa história como povo determina. A nossa mobilidade não é igual, é restrita. E mesmo que você tenha todas as condições para estar nesse lugar, os requisitos para fazer parte desse lugar são extremamente elitistas, os mecanismos instituídos vêm na direção de alijar.

*O racismo é isso. Não está escrito em nenhum lugar. Mas os mecanismos de acesso, permanência e mobilidade nas instituições são impeditivos, porque*

*há esquemas que não são necessariamente conscientes mas impossibilitam sua entrada ou filiação.*

**Que implicações traz para a psicanálise a definição do racismo como um “sintoma coletivo” - como apontado em um dos artigos do livro -, do ponto de vista do trabalho com quem busca o apoio profissional ante um sofrimento que é institucional, estrutural e estruturante?**

Em primeiro lugar, quando falamos em “sintoma coletivo” é preciso investigar, do ponto de vista coletivo, como ele se materializa nas relações e no cotidiano. Em segundo lugar, ele precisa ser trabalhado no sentido de que o sintoma desapareça. Para a psicanálise, o investimento é na busca do conhecimento e da compreensão, para recuperar e se apropriar da sua própria história. Porque o sintoma faz com que você fique alienado da sua própria história, e aparece exatamente em um lugar que incomoda porque você precisa buscar conhecer, apropriando-se dele, para restituir seu espaço de mobilidade, emocionalidade.



Trecho do livro que descreve o fato gerador do debate sobre racismo em sala de aula no *Sedes Sapientiae*, apresentada por Noemi Moritz Kon ([clique para ampliar a imagem](#)).

Então, quando em uma instituição ou em uma sala de aula eu aponto uma expressão de racismo e afirmo que temos que olhar para ela, estou apontando que ali há um sintoma coletivo, de que ninguém se dá conta, mas existe. Quando começamos a desencadear o processo estamos desvelando o sintoma, dando a ele um nome e um lugar. Ao fazer isso, temos a possibilidade de que o coletivo trabalhe para se livrar do sintoma e passar a ter uma relação mais harmônica com a vida. A dinâmica é essa.

O livro surge de uma expressão concreta, que produz uma discussão em sala de aula. Essa discussão sai da sala de aula e vai para um debate mais amplo na instituição por meio do evento realizado em 2012, o que não acontece sem conflito, e depois se materializa em um livro que vai publicizar para o conjunto da categoria o racismo que existe e precisa ser enfrentado. Então, fazemos um caminho de identificar o sintoma e também como atacar esse sintoma para eliminá-lo. Mas isso não acontece sem resistência, não é simples e não é rápido. O fato aconteceu em 2011. Em 2012 fizemos o evento. E o tema ficou adormecido, embora

saibamos que algumas discussões seguiram ocorrendo na instituição, porque nela adentraram duas mulheres negras fazendo essas provocações. E o livro sai em 2017. Veja o tempo de gestação, amadurecimento, mastigação que o tema exigiu para vir a público.

**O seu artigo no livro trata muito de como os atributos e elementos ideológicos negativos historicamente acumulados impactam o indivíduo e também o coletivo social negro. E isso se combina também com a ideologia de uma negritude 'forte', que não precisaria de ajuda. Como se dão esses impactos e qual é a importância de a população negra buscar o direito de acesso à psicanálise e também o apoio dela?**

O racismo nos coloca o tempo todo diante de contradições e ambiguidades. As humilhações vividas como frutos do racismo são marcas de muita profundidade porque as vivemos desde a concepção à morte. Não há descanso; há um dispêndio de energia cotidiana para que eu, de fato, possa fazer o enfrentamento ao que vou encontrar no dia a dia. Ao lado disso, o racismo vai me colocar efetivamente no lugar de nem sempre poder reconhecer que as minhas angústias são fruto de um imaginário que me coloca sempre no lugar do inferiorizado e que, na maioria das vezes, vou tomar para mim algo que é produzido pelo social.

Outra questão básica é que nem sempre conseguimos ligar a angústia e a dor com a dificuldade de mobilização, acesso e leitura das precariedades nas quais por vezes vivemos. Não porque não sou capaz, mas porque o outro não é capaz de me receber nas condições que tenho.

Outra questão que considero bastante impactante é a ambiguidade do 'racismo à brasileira', que atua constantemente e é negado constantemente. Isso também vai produzir, o tempo todo, uma dúvida sobre se o que você está vivendo é real ou é da sua cabeça. Então é fundamental abrir espaço para essa discussão e produzir literatura sobre isso, e de uma forma que o sujeito possa compreender - porque não considero o livro simples. Não é um livro para a população de um modo geral, mas para psicólogos e psicanalistas, porque há coisas que não se consegue aprofundar se faltam elementos que são da formação de um psicanalista.

Por outro lado, temos - como ativistas, psicólogos e psicanalistas comprometidos - que desencadear um processo para que a população negra tenha acesso a serviços de qualidade e possa se pensar e sair desse lugar de inferiorização. Porque é isso que mantém um país dividido entre privilegiados e 'desprivilegiados'. Precisamos construir mais amplamente espaços de diálogo pensando a nossa psiquê. E precisamos convocar os psicanalistas brancos para colocarem seu conhecimento a serviço desse debate - e uma das tarefas da nossa organização é essa, em primeiro lugar porque não temos tantos profissionais negros que deem conta, mas há toda uma população que precisa de um analista com quem ela possa se identificar, porque suas experiências de vida são de negação e humilhação, então ela não quer mais procurar um lugar para se cuidar onde vai ser descuidada.

A psicanálise desde o seu nascimento é muito elitista - porque é o sujeito e seu analista, e isso não é barato para ninguém. Mas no nosso caso, como temos um sintoma coletivo, é muito importante o trabalho com os grupos, porque é neles que a pessoa vai perceber que 'isso não acontece só comigo' - guardadas as proporções das histórias particulares, das individualidades, porque o racismo também concorre com muitas outras violências em nosso cotidiano e não somos formados só pelo racismo, embora ele seja um elemento que nos atravessa de forma cabal. E isso já está acontecendo, com coletivos de psicólogos se juntando, querendo desencadear um processo em cascata mesmo, em que muitas pessoas estejam

conversando sobre este tema.

### **E destacar como o racismo traz impactos ainda mais ‘específicos’ para as mulheres negras.**

Não avalio que seja específico para as mulheres, mas que o racismo vai adquirindo especificidades com base no lugar que historicamente homens e mulheres negras ocuparam. Essa distinção é importante. Porque nós, mulheres negras, fomos sempre arrimo. Depois da abolição, basicamente, as mulheres negras têm trabalho e os homens, não. Então, temos uma história de arrimo, de grupo, família, coletividade, que está plantada em nós. Mesmo que nem precise, a gente é. Por outro lado, os homens negros têm uma história no processo de escravização em que eram reprodutores. E acho que, de alguma maneira, podemos pensar que isso acaba se repetindo ao longo do tempo, nisso de sair reproduzindo sem que muitas vezes sejam responsáveis pela sua prole. Isso não acontece por acaso, mas porque há uma transmissão geracional de determinados elementos históricos que nos afetam.

Então, ‘as mulheres negras são fortes’ e por serem ‘fortes’ vão sofrendo toda sorte de coisas ao longo da vida: assumir a casa sozinha, ter menos anestesia no parto, viver um espaço de solidão muito grande.

*É preciso reafirmar que esse conceito de que ‘mulher negra é forte’, que muitas vezes nos fez sentir honradas, não nos cabe mais. Nós temos potência. Porque ser forte o tempo todo implica inclusive não construir um espaço onde eu possa ser frágil. E todo mundo é frágil e fraco em determinados momentos e precisa de ajuda para superar esses momentos. E as mulheres negras têm vivido muito solitariamente isso. É contra esses estigmas que precisamos investir para que haja uma mudança coletiva. Precisamos olhar quais são as repetições históricas que nos colocam em um lugar de desvantagem, de reforçar estereótipos - que não são construídos à toa, mas para perpetuar uma realidade criada historicamente.*

Temos que poder investir na compreensão teórica dos fatos para que esta se transforme em ações efetivas de desmobilização de concepções criadas há muito tempo e que são mantidas através de todos os esquemas, inclusive os midiáticos. Concepções que nos fazem por vezes cair na armadilha de brigar conosco mesmo sem compreender que por trás disso há uma construção que nos deixa aprisionadas. Então, há determinados temas que vamos precisar olhar para sair dessa prisão.

---

## **Ouçam as vozes das mulheres negras para a necessária transformação da sociedade e do Estado, alerta Jurema Werneck**

**(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 25/07/2017)** Reconhecer as vozes das mulheres

negras como centro do diálogo sobre uma nova sociedade e um novo Estado é fundamental e urgente.

“Elas não estão dizendo alguma coisa que vá trazer seus filhos assassinados de volta, elas já os perderam e perderam para sempre. O que elas estão trazendo é uma proposta de como o Estado pode ser diferente, como a polícia pode ser diferente, como a sociedade pode ser diferente. Ou seja, é uma proposta extremamente generosa”. A explicação é da ativista antirracista Jurema Werneck, que na sua trajetória de vida e luta acumula décadas de experiência e respeitabilidade, como integrante da ONG Criola, médica, doutora em Comunicação e Cultura e atualmente diretora da Anistia Internacional no Brasil.

A voz de Jurema tem repetido, em ações, falas, textos e formulações eloquentes, aquilo que o racismo invisibiliza: são as vozes das mesmas mulheres negras que estão no centro da resistência ao racismo patriarcal – por serem justamente as mais intensamente expostas às suas consequências violentas e violadoras – que devem ser ouvidas pelo muito que têm a ensinar para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.

Suas reflexões vão ao encontro das reivindicações da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, que neste 25 de julho realiza o [ato “Mulheres Negras e Indígenas por nós, por todas nós, pelo Bem Viver”](#). A manifestação acontece no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela – uma data que une as mulheres negras internacionalmente ([saiba mais](#)).

Jurema Werneck esteve em São Paulo em 18 de julho, para uma participação no 11º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A entrevista foi concedida à *Agência Patrícia Galvão* após sua participação na conferência internacional realizada por Tracey Meares, professora de Direito na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e também mulher negra, que falou sobre o tema *‘Atuação policial, legitimidade e confiança nas polícias’*.

Tracey Meares destacou em sua fala como a atuação policial impacta não só na relação da sociedade com o Estado, mas possui também um poder ‘educativo’ que impacta na relação dos membros da sociedade entre si. Ou seja, uma polícia violenta alimenta relações sociais violentas. Ao interagir com a conferencista, Jurema Werneck trouxe quatro casos de jovens negros assassinados por agentes de forças policiais, que são acompanhados pela Anistia Internacional: [Maicon de Souza Silva](#), 2 anos, morto em 1996 durante uma operação policial na favela de Acari, Rio de Janeiro; [Gary Hopkins](#), morto aos 19 anos em 1999 pela polícia de Maryland, nos Estados Unidos; Fabrício dos Santos, filho de Gláucia dos Santos, assassinado aos 17 anos por autoridades policiais em um posto de gasolina em Guadalupe (Rio de Janeiro) na virada de 2013 para 2014; e Nakiea Jackson, morto em 2014 pela polícia de Kingston, capital da Jamaica ([leia mais sobre os casos](#)).

“São quatro histórias de crianças e jovens negros mortos pela polícia, de familiares que se tornaram ativistas pelo fim da violência, pela punição dos assassinos e pela transformação da polícia. Nossa região, a americana, é extremamente violenta”, pontuou Jurema Werneck, ressaltando que as políticas públicas da região não atuam da mesma forma em relação à proteção da vida de brancos e negros. Nesse cenário, Jurema destaca que é preciso dar centralidade para a voz das mulheres negras, que muito têm a dizer para a construção de uma sociedade menos racista e violenta em um continente marcado pelo colonialismo, a escravidão e o seu nefasto legado: o racismo patriarcal.

### ***Confira a entrevista:***

***Você disse durante a conferência que é preciso ouvir as vozes das mulheres negras, que elas têm muito a ensinar para uma polícia e um Estado mais humanizado. O que essas vozes estão repetindo que a sociedade não está ouvindo?***

Primeiro, essas vozes estão falando bem alto que a polícia está matando meninos e meninas negros e negras nas favelas, nas periferias, em todos os lugares. Elas estão dizendo também que há um fenômeno escondido, ou pouco tratado pelo Estado, que é o racismo, o racismo patriarcal, que não apenas elimina os jovens e as jovens, mas também invisibiliza ou não ouve o que precisa ouvir das vozes das mulheres negras. Porque elas não estão dizendo alguma coisa que vá trazer seus filhos de volta, elas já os perderam e perderam para sempre. O que elas estão trazendo é uma proposta de como o Estado pode ser diferente, como a polícia pode ser diferente, como a sociedade pode ser diferente.

Ou seja, é uma proposta extremamente generosa, porque, como eu disse, o que elas já perderam não vão recuperar nunca mais, mas elas mostram que existe um caminho para além da vingança, tem um caminho que significa justiça, e fazer parte da justiça é dar centralidade a essas vozes, ouvir essas mulheres que são mulheres negras, que são em sua maioria mulheres de favela e da periferia, que têm uma proposta de um mundo diferente e que precisam ser ouvidas.

***E qual é o papel das instituições no enfrentamento ao seu racismo institucional, que é quebrar de fato essa invisibilidade e se comprometer com essa pauta para além do discurso?***

É fazer. Enfrentar o racismo institucional só se faz enfrentando. Primeiro, tem que reconhecer que o racismo está lá – em uma sociedade racista, um país racista, um continente racista, o racismo está lá. Então, é preciso enfrentar, e de diferentes formas. Reconhecer implica dizer que as autoridades, ou melhor, que a opinião institucional tem que ser abertamente e explicitamente colocada em favor do enfrentamento ao racismo. É preciso também criar mecanismos internos: diferentes setores, políticas e ações, diferentes formas de dialogar com a sociedade, informar e prestar contas do que está fazendo.

E, no caso das polícias, é preciso de fato interromper imediatamente esse confronto entre Estado e comunidade negra, em especial a população jovem negra. E, por fim, é preciso se juntar à luta que parte da sociedade já está fazendo. Os movimentos negros e os movimentos de mulheres negras, a população indígena, a população de favela já estão lutando. É preciso se juntar e não se opor a essas lutas. Tem que trazer essa inteligência, tem que trazer essas metodologias para dentro, para construir políticas que tenham mais a cara da população. Ou seja, tem que fazer muita coisa, mas é isso: tem que fazer.

***E é importante respeitar esse protagonismo, certo?***

Sim, com a mulher negra no centro, porque é a mulher negra que está fazendo esse movimento. Isso vale para o Brasil, a Jamaica, os Estados Unidos e vários países do continente: as mulheres negras estão fazendo. Então, é central, é fundamental e é urgente trazê-las para o diálogo e para informar as ações que as instituições têm que fazer.

***Por fim, você comentou durante a conferência sobre a taxa de mortalidade da população negra e no [Mapa da Violência 2015](#) vimos que também aumentou a morte***

***violenta de mulheres negras - em 54%, enquanto a de brancas caiu 9,8% - mesmo com a Lei Maria da Penha em vigor no Brasil, que é considerada uma das mais avançadas do mundo. Esses números são reflexo do racismo estrutural e institucional no país?***

Sim. O racismo está presente inclusive na Lei Maria da Penha, quando exclui o enfrentamento ao racismo dos seus mecanismos de proteção à vida das mulheres, que, assim, está deixando de fora esse contingente de mulheres que segue sendo extremamente vulnerável, que segue sendo assassinado apesar da Lei, apesar de uma política pública que foi construída com todas as mulheres. A [Lei Maria da Penha](#) foi construída no debate com todas as mulheres, mas na reta final a política pública acabou não incorporando aquelas que estão mais expostas, não incorporando o enfrentamento ao racismo institucional. O processo de criação e de implementação da Lei Maria da Penha tem muito a ensinar, mas a primeira lição é que é preciso enfrentar o racismo.

---

## **[Racismo no Brasil choca relatora da OEA sobre direitos das mulheres e afrodescendentes](#)**

*Responsável pela fiscalização do cumprimento das leis e tratados internacionais que regulam os direitos de mulheres e negros nos países integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), a jamaicana Margarette Macaulay chegou a questionar se o Brasil seria efetivamente uma democracia, diante do nível das violações cometidas contra nacionais, ou permitidas pelas instituições brasileiras por omissão, e que foram relatadas a ela em audiência pública.*

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 05/10/2016)**

Foi encerrada no último dia 30 de setembro a missão oficial da comissária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre os Direitos das Mulheres e das Pessoas Afrodescendentes, Margarette May Macaulay. A relatora atua com direitos humanos desde 1966 e já foi juíza da Corte Interamericana - tribunal internacional que compõe o sistema interamericano de justiça - antes de assumir as relatorias atuais. Mesmo assim, na audiência pública promovida pelo [Geledés - Instituto da Mulher Negra](#) em São Paulo, a relatora ficou com os olhos marejados ao menos três vezes durante as duas horas e meia de relatos, em que doze mulheres contaram suas múltiplas experiências de violência institucional e violações de direitos.

Eram em sua maioria vítimas do Estado cujas vidas foram marcadas pelo racismo institucional que lhes tirou os filhos, assassinados por policiais militares. Mas havia também mulheres que romperam o ciclo da violência doméstica, mulheres em situação de rua, vítimas de violência sexual, lésbicas e trans que enfrentam cotidianamente a intersecção das discriminações de raça, gênero e classe social.





*Nilza Iraci fala na audiência, com a relatora Margarete Macaulay ao centro e a psicóloga Maria Lúcia Silva (Fotos: Luciana Araújo).*

**Geledés - Instituto da Mulher Negra, Criola e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) realizaram a rodada de audiências públicas com a relatora da OEA para apresentar os dados do Dossiê [A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: Violências e violações](#), lançado em agosto. A ação ocorreu em parceria com o Instituto de Raça, Igualdade e Direitos Humanos. “O mais importante era que ela pudesse visualizar as pessoas que estão por trás dos números apresentados no Dossiê. Essa violência que tem cor, classe, pessoas, dores, sonhos interrompidos”, ressalta Nilza Iraci, coordenadora do Geledés e da AMNB. A estratégia deu certo: a relatora Margarete Macaulay declarou que foi “muito importante olhar no olho, porque isso dá mais força aos dados e relatos que recebemos”. O Dossiê já havia sido apresentado na OEA em agosto.**

**Ódio cisheteronormativo**



Roseli Barbosa dos Reis

Lésbica, negra e pobre, [Luana Barbosa dos Reis](#) foi espancada por PMs na frente do filho de 14 anos até sofrer politraumatismo craniano, fraturas nas pernas e braços e perder a visão. Luana morreu depois de cinco dias em coma. “Eles ainda forçaram a cabeça do meu sobrinho contra o vidro da viatura para obrigá-lo a ver a mãe apanhando lá dentro”, relatou Roseli, ao relatar as violências cometidas pelos policiais contra a irmã.

As residências de Luana - onde vivem sua mãe, irmã e o filho - e da namorada dela também foram invadidas sem mandado por policiais que afirmavam procurar indícios de envolvimento com o narcotráfico. A jovem foi deixada somente de cueca e top durante o tempo que permaneceu na delegacia, e ainda foi acusada de “agredir” e “desacatar” os policiais que a abordaram, por ter se recusado a ser revistada por homens. “Se ela tivesse sobrevivido, ia ter que responder. Eles obrigaram ela a assinar o termo circunstanciado, apesar de constar lá que ela nega”, protestou Roseli.

Mesmo diante deste quadro o juiz Luiz Augusto Freire Teotônio, da 1ª Vara do Júri de Ribeirão Preto, [negou o pedido de prisão temporária dos autores](#) sob a alegação de que não teria havido dolo. O caso foi remetido à Justiça Militar.

O assassinato de Luana consta do Dossiê entregue à relatora da OEA, onde há um capítulo sobre as violações e violências promovidas pelo ódio heteronormativo. “As imagens que revelamos no Dossiê são muito fortes, evidenciam que para os autores não basta o discurso do ódio, é preciso mutilar as vítimas”, explica Nilza Iraci.



*Neon move uma ação contra o Estado brasileiro pelo direito ao nome social sem se submeter ao processo atual, que exige autodeclaração de transtorno mental das pessoas trans.*

Em seu testemunho, a transexual Neon Cunha sintetizou o que a crueldade verificada nos crimes contra mulheres transexuais e travestis revela sobre a sociedade brasileira. “Somos um país que precisou, em 2015, aprovar uma lei de feminicídio. Este é um país misógino, que odeia a mulher, odeia a mulher negra e odeia, acima da mulher negra, a mulher trans. Meu maior crime hoje é que ousei ser mulher”, denunciou.

Neon lembrou que em 1987 a Prefeitura de São Paulo promoveu com a Polícia Civil a operação Tarântula para “limpar as ruas” de travestis e transexuais. A história da Operação Tarântula é contada no premiado documentário [“Temporada de Caça”](#), produzido em 1988 por Rita Moreira.

“Era o extermínio da população de mulheres trans, travestis e transexuais e de homossexuais masculinos”. Ela destacou que hoje, embora de forma não oficial, crimes cometidos por agentes do Estado contra a população LGBT continuam acontecendo, como evidenciam as agressões contra [Verônica Bolina](#) quando estava sob custódia prisional. Na audiência, Neon alertou que a omissão das instituições estimula a violência individual contra transexuais e travestis.

Apesar de o país não ter nenhum sistema oficial de monitoramento das mortes violentas relacionadas à lesbofobia, homofobia e transfobia, levantamentos feitos pela ONG Transgender Europe, a partir de material publicado por veículos noticiosos, colocam o Brasil como o país que mais mata a população trans. [Desde 2008 a 30 de abril deste ano 845 pessoas trans foram assassinadas](#) no país (42% dos casos em todo o mundo).

**Invisíveis entre os invisíveis**



*Mara Sobral dos Santos (presidenta da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Granja Julieta).*

Representando outro segmento social de mulheres negras a denunciar sua invisibilidade social, Mara Sobral dos Santos destacou a falta de preparo dos agentes do Estado para lidar com as violações que a população em situação de rua sofre.

“Faço parte de um coletivo de mulheres moradoras de rua. Nós não temos estatísticas, não temos B.O., não temos registro. Nós não existimos. Ninguém vai ouvir uma mulher moradora de rua dizer que foi estuprada dentro de uma obra por oito homens. Ninguém ouve uma moradora de rua até porque não nos consideram mulher. Sou uma mulher negra e lésbica e sofro violência todo dia. Acordo três horas da manhã e subo no meu caminhão para trabalhar, mas não posso usar um banheiro na rua porque está sempre ‘quebrado’. Não consigo comer em um restaurante porque estou sempre suja no meu trabalho. E não tenho direito de trocar um absorvente, tenho que subir dentro do caminhão para trocar porque não existe banheiro público para a população de rua”, denunciou.

### **As mulheres negras e o genocídio da juventude**



*Margaret Macaulay fala durante a audiência em São Paulo, tendo à sua frente lenço que mostra imagens de mortos nos Crimes de Maio.*

Vítimas sobreviventes de chacinas promovidas por policiais fora de serviço ou em ações oficiais, seis mulheres relataram o horror de viver em áreas periféricas onde a condição racial é traduzida pelo Estado como sinônimo de suspeita e culpa. Uma delas foi Rosana de Souza, mãe do jovem Douglas Rodrigues, [assassinado em novembro de 2013 na Vila Medeiros](#) por um PM e que teve como últimas palavras a pergunta: “Por que o senhor atirou em mim?”.

Também estavam presentes mulheres que integram o [Movimento Mães de Maio](#) e outras cujos nomes não são mencionados para preservar a sua segurança e que relataram aos prantos seu sofrimento.

“Eles não mataram só os meninos, crianças, jovens, pobres favelados e periféricos. Mataram também as mães. Nós somos umas mortas vivas”, disse uma delas.

“Nós temos que pedir ajuda fora do Brasil, porque no Brasil não se faz justiça, principalmente para negros. Nós estamos sendo caçados. Principalmente no Estado de São Paulo. Não aguentamos mais. Temos que trazer pessoas de fora para ver nossa realidade. A marcha fúnebre que prossegue em nosso país é encoberta pela mídia, pelos nossos vereadores e deputados. O Brasil é um país genocida, mas não vamos nos calar enquanto a gente não tiver respeito”, frisou Débora Maria da Silva, coordenadora do movimento Mães de Maio, que exige a punição dos responsáveis pela morte de mais de 600 jovens, em sua maioria negros, por policiais militares entre os dias 12 e 19 de maio de 2006, em São Paulo. No ano passado, os

chamados crimes de maio foram denunciados à OEA.

A anulação do julgamento dos 74 PMs envolvidos no Massacre do Carandiru - quando 111 presos foram brutalmente assassinados durante uma invasão do presídio de mesmo nome pela tropa de choque após uma rebelião contra as condições subumanas a que eram submetidos os detentos, no dia 2 de outubro de 1992 - também foi lembrada durante a audiência como mais uma violação de direitos eivada de racismo às populações negra e pobre e às mulheres negras. Mães, companheiras, irmãs e demais familiares daqueles homens executados em sua maioria com mais de cinco tiros na nuca e cabeça até hoje esperam que os responsáveis sejam punidos. A filha de uma das vítimas entrou nesta segunda-feira (3) com uma ação contra o Estado de São Paulo em razão das declarações do desembargador Ivan Sartori, relator do caso, de que teria havido “legítima defesa”, conforme noticiou a [Agência Ponte Jornalismo](#).

### **Vivemos em uma democracia?**

**“O que está acontecendo neste país? Ainda é uma democracia? Para mim claramente não é, se a polícia age com tamanha crueldade impunemente, sabendo que tem a proteção do Estado! E qualquer governo que permite isso também não é um governo democrático!”**

declarou Margarete Macaulay, ao interromper pela primeira vez a sessão para afirmar que é necessário acabar com esse tipo de impunidade.

Sobre o caso de feminicídio cometido por policiais militares contra Luana Barbosa dos Reis, a representante da OEA destacou que a reação da jovem à revista policial foi “completamente legal. Ela tinha o direito de fazer isso. E os juízes ainda dizem que não havia intenção de matar? Que juízes são esses?”, questionou irritada.

### **O racismo institucional e a Lei Maria da Penha**

Em relação aos casos de violência doméstica apresentados, Margarete Macaulay frisou que são produto de uma lógica social que educa os homens a pensarem “que têm a posse física e sexual das mulheres”. O racismo institucional na implementação da Lei 11.340/2006 também foi percebido por Macaulay nos relatos ouvidos nas audiências realizadas em Salvador e no Rio de Janeiro na mesma semana, o que fez a relatora defender que a Corte Interamericana de Direitos Humanos deve questionar o Estado brasileiro acerca do cumprimento das legislações e tratados, bem como da “forma discriminatória” como a Lei Maria da Penha vem sendo aplicada para as mulheres negras.

***Atualizado em 7/10/2016 às 15h32.***

---

**[Mulheres negras devem estar no centro do](#)**

# debate sobre zika vírus

**(Dimalice Nunes\*/Agência Patrícia Galvão, 02/05/2016)** Dentre tantas informações desconhecidas que ainda marcam as narrativas sobre a [epidemia do zika](#) vírus no Brasil uma é fato: mulheres jovens, pobres e negras constituem a parcela mais vulnerável desta crise.

Pesquisa da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco apurou que 77,7% das mulheres que deram à luz a bebês com a síndrome congênita do zika no Estado estão abaixo da linha da pobreza. Junta-se a essa informação o dado do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) que aponta que 73,7% das [mulheres negras](#) brasileiras são pobres. Também se sabe que é nas periferias das grandes cidades - com toda a precariedade de saneamento básico, coleta de lixo e fornecimento de água - que a infestação do mosquito transmissor do vírus é endêmica.

A despeito disso, as mulheres negras seguem retratadas à margem, como afirma Jurema Werneck, médica, doutora em comunicação e coordenadora da [ONG Criola](#). “A epidemia de zika adoece qualquer pessoa, mas isso em tese. Na prática, atinge de forma mais impactante as mulheres que experimentam as maiores vulnerabilidades, que são as jovens negras. E boa parte das narrativas, seja na mídia, seja na saúde, não dá visibilidade a esse dado.”

Fernanda Lopes, representante do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil, compara o momento atual ao do fim da década de 80, quando surgiu a Aids, e salienta a diferença na ação do Estado e na visibilidade da população atingida. Para ela, respostas rápidas foram dadas naquele momento justamente porque os primeiros atingidos eram homens, brancos e com alta escolaridade. “Este é o momento de fazer a diferença e trazer essas vozes para o centro da cena política.”

A representante do UNFPA ressalta a necessidade de trazer as [mulheres negras](#) para o centro do debate, ainda que tardiamente, uma vez que a própria epidemia é produto deste silenciamento e negação de [direitos](#). “O que vemos agora é um resultado, porque o direito dessas mulheres é subestimado e subvalorizado desde sempre. Por isso é tão importante dar voz a essas pessoas, para surgirem as possibilidades de resposta”, afirma. A avaliação das especialistas é que a partir da fala dessas mulheres é que serão encontradas as respostas efetivas para a epidemia: o direito a cidades saudáveis, coleta de lixo, água encanada, entre outros.

## **Racismo institucional leva à violação de direitos e culpabilização da mulher**

Embora haja pelo menos um dado estadual sobre a condição socioeconômica dessas mulheres, não é possível saber quantas delas são negras. As fichas de notificação do [Ministério da Saúde](#) sequer recolhem o dado raça/cor das vítimas. Ainda que existam determinações do Sistema Único de Saúde (SUS) que obriguem a compilação destes dados, dentro da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o protocolo específico de enfrentamento da epidemia de zika ignora a necessidade deste detalhamento nas notificações.

A falta de dados precisos sobre como as mulheres negras são afetadas pela epidemia escancara o [racismo](#) institucional que permeia suas vidas. Mas além de ignorar as necessidades específicas de ação neste grupo social, o poder público ainda sugere ações que ignoram a realidade em que vive essa população vulnerável. Exemplo disso é a comunicação oficial, que

no auge da epidemia orientava mulheres grávidas a usarem repelentes e roupas compridas, ignorando os custos do produto e a realidade do clima onde elas vivem.

“O racismo institucional faz com que, por exemplo, o sistema de saúde pense uma ação, mas não pense que as pessoas mais vulneráveis precisam de uma resposta inicial urgente e mais contundente. É impossível dizer para uma mulher negra, favelada, desempregada, cuidando de várias pessoas na sua família, para passar repelente, que custa R\$ 25 ou mais. Impossível convencer uma mulher jovem, na periferia do Recife, a usar burca nas ruas da favela. Isso é um absurdo. Este raciocínio fala para outra realidade, que não é a realidade dessas pessoas, que são pessoas negras que merecem atenção”, critica Jurema.

Além do racismo institucional impregnado na comunicação e nas ações públicas de combate à epidemia, há uma recorrente culpabilização da mulher que está exposta aos riscos de contrair a zika, uma vez que toda a estratégia coloca nas mãos das mulheres, e não do poder público, a responsabilidade pela exterminação do mosquito e o controle do contágio: da limpeza dos vasos de plantas e quintais, ao uso de repelentes e roupas compridas. Para Jurema, o subtexto disso é: se a epidemia está acontecendo é porque a mulher não fez a faxina. Isso é culpabilização. “Se a mulher adoeceu, ela não fez a faxina. Se o bebê dela nasceu com [microcefalia](#), ela não fez a faxina. Isso é cruel, é irresponsável, é leviano e racista.”

Isabel Clavelin, doutoranda na Universidade de Brasília e assessora de comunicação da ONU Mulheres, afirma que falta ainda uma real articulação entre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Segundo ela, em suas pesquisas de campo, pouco ou nada tem se falado dessas políticas nas ações de enfrentamento da epidemia e na assistência das mulheres grávidas ou mães de bebês com a síndrome congênita.

A pesquisadora ressalta ainda que, mais uma vez, o silenciamento dessas vozes aponta para demanda urgente pela garantia do direito básico à comunicação, para que as mulheres possam ter meios de apresentar sua perspectiva e estar em primeiro plano na epidemia de [zika vírus](#).

### **O que fazer?**

A primeira ação para trazer as mulheres negras para o debate é dar voz a elas, que precisam ser ouvidas pela mídia e pelo poder público. “Não são todas as mulheres grávidas nem toda a população que está experimentando a maior parte da tragédia”, afirma Jurema Werneck. Para a médica, é fundamental reivindicar que as mulheres que são de fato mais vulneráveis possam vocalizar, sendo as interlocutoras da mídia e do sistema de saúde para falar quais são as suas necessidades em relação à epidemia.

Jurema Werneck afirma ainda que mídia e poder público precisam sair dos números e ir para a vida real, para rua, pois é lá que estão as mulheres angustiadas com a doença ou com a possibilidade de contraí-la. Esse diálogo, porém, não deve ser para estigmatizá-las ainda mais e retratá-las como sempre, como quem sofre as desgraças. “É preciso buscar essa mulher negra jovem para dizer como ela pensa essa epidemia e como pensa os caminhos para sua própria proteção. A gente não tem que esperar a angústia e a tragédia, a gente pode chegar antes e ajudar a construir uma resposta mais eficiente. Tem que ir onde ela está.” O Brasil tem 60 milhões de mulheres negras. É uma Colômbia inteira ou 27 vezes a população da Jamaica, compara Jurema. “Não é pouco para ser silenciado”, finaliza.

**\*Edição: Marina Pita. Arte: Tainah Fernandes**



---

## Os debates sobre gênero, raça e direitos sexuais têm que caminhar juntos, aponta socióloga Vilma Reis

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 07/12/2015)** A Agência Patrícia Galvão entrevistou a socióloga Vilma Reis, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, durante o [Painel Pequim+20: Acesso integral à justiça para mulheres em situação de violência](#). No ano em que a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, completa 20 anos, o Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres e Fundação Ford promoveram o Painel Pequim+20, que reuniu especialistas no tema para debater os avanços nas duas últimas décadas e os desafios que permanecem.

A relação de Vilma com a Defensoria baiana vem desde antes da implantação do órgão, em 2009. Vilma Reis integrou o primeiro Conselho Consultivo da assistência judiciária. Feminista de longa data, coordenou o Fórum de Mulheres de Salvador entre 1996 e 1999, integrou a Comissão Organizadora do 12º Encontro Nacional Feminista, ocorrido em 1997 também na capital soteropolitana, e também atuou na construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2011. Mestre em Ciências Sociais, é doutoranda do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos - PosAfro, da Universidade Federal da Bahia.

***Muitas vezes a violência contra jovens negros é percebida como uma violência colateral contra a mulher negra, e não como uma violação direta a essas mulheres. Gostaria que você falasse sobre isso, sobre a violência de viver na perspectiva cotidiana da perda de um filho ou irmão.***

O que nós do movimento de mulheres negras temos dito é que estamos falando de algo que está acontecendo em nosso próprio corpo.

Consideramos que é uma atitude covarde do Estado essa acusação continuada de que a violência acontece porque não cuidamos bem de nossas famílias. Até porque a única dignidade que nossas famílias têm é fruto do que podemos dar, porque o Estado em geral quase nada oferece do que deveria ser devolvido enquanto serviço.

E afirmamos mais. A guerra às drogas, por exemplo, é na verdade uma manifestação violenta do biopoder de um Estado que acha que nós, 52% do país (mulheres negras, homens negros, juventude, infância e velhice negras) não deveríamos existir. Esse é o entendimento do Estado, inclusive, lamentavelmente, em uma faixa bem ampla da esquerda, que sempre se trai nas suas propagandas, porque ainda nos coloca como beneficiários das políticas e não como sujeitos políticos que pensam política e o projeto de Nação.



*Socióloga Vilma Reis,  
ouvidora-geral da  
Defensoria Pública do  
Estado da Bahia (Crédito:  
Luciana Araújo)*

***As políticas conquistadas pela população negra são sempre apontadas como benesses e não como ações reparatórias...***

Exatamente! Não é benesse, favor e nem caridade. Lutamos para que essas políticas existissem. E esse é o potencial revolucionário que levamos com a Marcha das Mulheres Negras e quando dizemos: ‘vamos adentrar as ouvidorias das Defensorias Públicas, porque não vamos dormir com os olhos dos outros, vamos lá fazer’. Por isso, quando clamamos que todo mundo precisa se manifestar pela eleição de Lúcia Xavier [*médica e ativista do movimento de mulheres negras, que concorre ao cargo no Rio de Janeiro*] é porque sabemos que há anos ela já é uma ouvidora, uma mulher que faz provocações sobre o que deve ser a participação política e o controle social. O foco não é personalista, mas de ação coordenada em um país de dimensões continentais, eivado por uma mentalidade conservadora e patriarcal. Um país onde as regras da colonização, aquilo que chamamos nos estudos das ciências sociais diaspóricas de “colonialidade”, estão absolutamente vivas, porque são as regras da escravização atualizadas.

***Ainda mais em um Estado como o Rio de Janeiro...***

Sim, em um Estado como o Rio, em um Estado como o meu, a Bahia, extremamente violento, marcado por dinastias políticas, que fez a transição do jagunço da fazenda para o jagunço da televisão, que faz programas de TV que são verdadeiros derramamentos de sangue ao meio-dia, explodindo nas mesas das famílias negras. E é essa população que está extremamente vulnerável a esse tipo de conteúdo. Nossa posição é política e não estamos pedindo nada, estamos colocando uma pauta sobre a mesa, 20 anos depois de Pequim. Na perspectiva das tentativas de construção de sínteses que colocamos no processo de Pequim e que apontamos para os próximos 20 anos, é decisivo e estruturante para nós enfrentarmos o racismo porque aí está colocada a possibilidade de continuarmos a existir enquanto povo ou não.

***Durante o Painel Pequim+20 você mencionou os estudos da decolonialidade e também comentou o impacto da atualização dos modelos de desenvolvimento sobre nós, população negra. Fale mais sobre como o modelo atual de desenvolvimento de políticas de segurança como as UPPs, reorganização dos espaços urbanos e desenvolvimento das cidades afeta os negros no Brasil.***

Sim, vivemos um momento de criminalização da pobreza e militarização dos nossos territórios, o que nos faz questionar uma série de alianças que construímos nos últimos 35 anos, inclusive no campo à esquerda, com a gente empurrando a esquerda para a esquerda. Isso desde a criação do Partido dos Trabalhadores, lá no início dos anos 1980, porque com os outros partidos que eram considerados de esquerda não havia nem espaço de diálogo.

Mas olhar sobre essa experiência dos últimos 35 anos, não só da tentativa de Lélia Gonzalez [antropóloga e ativista dos movimentos negro e de mulheres] de ser candidata, nos faz pensar em que tipo de ruptura precisamos fazer agora com um conjunto de alianças que fomos estabelecendo pois, por incrível que pareça, a grande contradição emergiu agora.

E o que nos assusta é que nossos supostos aliados no campo à esquerda estabelecem um novo tipo de pacto em que, para se sustentarem politicamente, abrem mão de nós. Abrem mão das parcerias e parceiros históricos para um imediatismo, um adesismo, uma anulação do que eles também são. Estou falando da esquerda branca que acha que pode fazer uma narrativa sobre nós e dizer publicamente o que deve ser o nosso sonho. Discordamos desse ponto de vista. Temos muito mais a dizer do que nossos supostos tradutores.



E temos muito mais a dizer, porque nos modelos de desenvolvimento que estão postos, não só no Brasil, não nos enxergamos. Eles provocam rupturas com formas seculares que temos de sobrevivência, por exemplo o comércio de rua, nas cabeças das mulheres. As mulheres negras assumiram as ruas para vender comida, roupa, artesanato, pescado, plantas, flores. Adentramos o espaço público e dominamos secularmente este espaço buscando alternativas autônomas e de cabeça erguida para sobreviver e sustentar nossas famílias. E esses modelos, com os quais nossos parceiros históricos fazem alianças, pegam uma comida como o angu à baiana no Rio de Janeiro e proibem a mulher de vender 'porque ela não tem as condições de higiene'. E aí entregam o espaço a um *food truck*, a um branco, para vender. Aí não tem aliança, porque é mexer com nossa forma de existir.

***Ou tentar proibir as baianas de venderem acarajés na Copa do Mundo para colocar redes de fast food na região dos estádios.***

Exatamente. Ou tentar criar uma confusão de que o acarajé pode ser vendido de qualquer jeito. Nós não entendemos que acarajé possa ser vendido fora do tabuleiro, sem os trajes, porque aquilo tem uma relação com questões do sagrado que disputamos enquanto modelo civilizatório neste país.

Estou colocando alguns exemplos que são emblemáticos de ruptura de alianças de longa duração da população negra, que sempre empurrou a esquerda para a esquerda. Porque a tendência da esquerda branca, de classe média alta, que transita no mundo acadêmico, é de ir da esquerda para o centro. Então, ao afirmar que ‘entre esquerda e direita eu sou preta!’, Sueli Carneiro [*filósofa e ativista do movimento de mulheres negras*] está dizendo que somos nós que empurramos a esquerda para a esquerda. Em 1910 foi João Cândido que puxou para a esquerda o que havia de enfrentamento àquela República. Em 1931, Laudelina de Campos Melo e José Correa Leite empurraram a esquerda para a esquerda. O Teatro Experimental do Negro, as posições de Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento empurraram a esquerda para a esquerda. Porque ela não seria empurrada sem essa intervenção intelectual qualificada. Lá em 1949, Guerreiro Ramos, e em 1937, Edison Carneiro.

Então, ou compreendemos que tipo de disputa secular é essa que temos feito ou continuaremos achando que é possível falar de um sindicalismo só a partir da chegada dos imigrantes. Mas em 1854 deixamos Salvador sem água durante dias com a greve dos carregadores de água e das mulheres ganhadeiras. Não é possível contar uma história de enfrentamento sem entender o que fizemos no Maranhão, no Rio de Janeiro e no Bixiga, em São Paulo, ou no que é o hoje o Mercado de Porto Alegre. Ou recolocamos essa história ou os vencedores vão contá-la. E a margem quer falar, quer gritar.

***Nesse debate sobre alianças e lutas conjuntas se insere também a polêmica sobre a educação de gênero nas escolas. E não é só gênero, mas também raça. Gostaria que comentasse a retirada da discussão sobre raça e interseccionalidade dos planos de educação.***

Sim. E também a religiosidade afro-brasileira, quando se fala de narrativa e contranarrativa, de posições hegemônicas - é isso que digo de ‘não dormir com os olhos da outra’. Fazemos aliança até um determinado ponto, mas existe um ponto em que há uma incompreensão mesmo, porque o lugar de privilégio também embaça a visão. E o que estamos fazendo, em um diálogo franco como o que fizemos hoje, é desembaçar a visão. Porque, com o tipo de disputa que o campo conservador deste país nos colocou em relação ao Plano Nacional e aos planos municipais de Educação, não cabe termos nenhuma vacilação em perceber que o debate horizontal de gênero, raça e direitos sexuais tem que caminhar junto.

No entanto, é muito periférica a fala da militância que se avoca a sustentar os direitos de liberdade e diversidade sexual em relação à questão racial. A militância LGBT nem chega perto do debate sobre as demandas das mulheres, e muito menos do debate de igualdade racial ou superação do racismo, que é mais difícil ainda. E no campo do debate sobre os direitos das mulheres, às vezes, há toda uma fala hegemônica exclusivamente pelo gênero. Nós também às vezes suprimimos algumas questões, mas o esforço é para que pelo menos as pessoas que estão mais radicalizadas no campo da esquerda não percam esse eixo.

### ***Contatos da fonte***

Vilma Reis - socióloga, atualmente é ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia  
Tel.: (71) 3117-6952  
E-mail: [ouvidoria@defensoria.ba.gov.br](mailto:ouvidoria@defensoria.ba.gov.br)

*Leia também:*

[Painel Pequim+20: Acesso à informação e autonomia no enfrentamento à violência contra as mulheres](#)

[Painel Pequim+20: Estado dificulta acesso à justiça a mulheres vítimas de violência](#)

---

## **Mulheres indígenas relatam desafios do enfrentamento ao machismo, ao patriarcado e ao capital**

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Gavão, 07/12/2015)** Na mesma semana da [Marcha das Mulheres Negras](#), lideranças femininas indígenas foram a Brasília para manifestações contra projetos que tramitam no Congresso Nacional e atacam direitos dos povos originários. A necessidade de fortalecer o enfrentamento aos racismos ambiental e institucional associou negras e indígenas nas ações contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215/2000 ([PEC 215](#)) e na participação na marcha contra o racismo, o machismo e a violência e pelo bem-viver.



Watatakalu Yawalapiti fala em reunião com a subsecretária geral da ONU e diretora executiva da ONU Mulheres (*Crédito das imagens: Luciana Araújo*)

A PEC 215 transfere da União para o Congresso Nacional a competência exclusiva para aprovar demarcações de terras indígenas e ratificar as demarcações já homologadas, além de dificultar a instituição de novas unidades de conservação ambiental.

“Mesmo hoje [*a demarcação*] sendo responsabilidade do Executivo, temos uma dificuldade imensa em conseguir avançar com a regularização dos territórios. É muito lento esse processo. Se essa responsabilidade passar ao Congresso Nacional não vamos mais conseguir demarcar terra nenhuma, porque isso é totalmente contrário aos interesses dos parlamentares. O que eles querem é impedir as demarcações e facilitar o acesso deles à exploração desses territórios”, alertou Sônia Guajajara. A líder da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) falou durante reunião com a subsecretária geral da Organização das Nações Unidas e diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo Ngcuka.

“Quando lutamos pelo direito, não é só pelo direito constitucional, mas também pelo nosso direito à vida, nossa continuidade”, ressaltou Sônia. A liderança também chamou a atenção para o fato de que a redução dos territórios dos povos originários e tradicionais vai na contramão do debate sobre a necessidade de reduzir os efeitos das mudanças climáticas e o aquecimento global.

O projeto do novo marco regulatório da mineração no país, que disponibiliza terras indígenas para exploração comercial, também foi denunciado pelas lideranças indígenas, que criticaram ainda a possibilidade de que a ruptura da barragem administrada pelo consórcio Samarco/Vale em Minas Gerais seja classificada como desastre natural.

### **Luta por direitos estimula superação do machismo**

Uma delegação de mulheres da região do Xingu participava das mobilizações indígenas e esteve presente na reunião com Phumzile. “Não foi fácil estar aqui. O machismo dentro das aldeias é muito forte. Tivemos que passar por muitas coisas para estar aqui no meio deles”, ressaltou Watatakalu Yawalapiti, da etnia Yawalapiti e liderança da Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas.

“As mulheres estão se empenhando e se esforçando muito, passando por cima até de regras culturais, para garantir os direitos já conquistados, porque estamos correndo o risco de perder até o que já conquistamos”, reiterou Sônia.

### **Direitos sociais e tradições culturais**

Durante a reunião com a subsecretária geral das Nações Unidas e diretora executiva da ONU Mulheres, as indígenas também questionaram a incompreensão cultural sobre sua realidade.

“O governo e os deputados querem nos impor uma coisa que não queremos. Os políticos falam que o índio precisa avançar, que vive precariamente, mas não é verdade. Não passamos fome, temos nossa farmácia natural”, diz Watatakalu, que critica o fato de que o governo acha errado que vivam em ocas e que comer beiju é passar fome. “Mas a gente não quer comer veneno. Nossas crianças não estão desnutridas. Querem enviar essa coisa de Luz para Todos às aldeias, mas não queremos. Querem dar cesta básica para o nosso povo, mas não queremos. Queremos

respeito, nossas florestas de pé, nossos direitos”, afirmou Watatakalu.

A subsecretária geral da ONU reafirmou que o uso da terra e dos recursos aquíferos e minerais são parte do debate sobre as metas climáticas e um elemento social e culturalmente estruturante para as populações indígenas. E destacou as responsabilidades jurídicas do Estado brasileiro perante o sistema das Nações Unidas e os acordos internacionais firmados em relação à preservação do meio ambiente.



Watatakalu entrega documento com demandas das mulheres indígenas a Phumzile, que é observada por Sonia Guajajara (de verde).

---

## [Mulheres Negras são homenageadas na Câmara e repudiam Eduardo Cunha](#)

*Presença do deputado Eduardo Cunha foi repudiada pelas mulheres presentes à sessão*

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 18/11/2015)** Uma Comissão Geral - sessão plenária regimental para debate de assunto relevante ou com presença de ministro de Estado e aberta à participação de cidadãos - com a temática 'a realidade das mulheres negras brasileiras' aconteceu na tarde desta terça-feira (17) no plenário da Câmara. Organizada pela Bancada Feminina e presidida pela parlamentar fluminense Benedita da Silva (PT), a atividade é parte do calendário da Marcha das Mulheres Negras.

### **Leia também:**

[Governo abre Semana Nacional da Consciência Negra \(SEPPIR, 17/11/2015\)](#)

[Mulheres negras pedem saída de Cunha em protesto na porta do plenário da Câmara \(O Estado de S. Paulo, 17/11/2015\)](#)

[Cunha é vaiado e ouve gritos de 'Fora Cunha' no plenário da Câmara \(O Globo, 17/11/2015\)](#)

[Cunha é alvo de protesto no plenário da Câmara \(Folha de S.Paulo, 17/11/2015\)](#)

[Presidente da Câmara é vaiado e ouve gritos de 'Fora Cunha' \(Extra, 17/11/2015\)](#)

A Marcha ocupa nesta quarta a capital federal com mulheres de todas as regiões do país. Quilombolas, mulheres de terreiro e outras religiões, estudantes, sindicalistas, trabalhadoras domésticas e de diversas outras categorias, militantes partidárias, feministas, que desde 2011 constroem a primeira manifestação nacional protagonizada pelas negras brasileiras, cobrarão amanhã à presidenta Dilma Rousseff mais investimentos na efetivação da cidadania da população negra e contra a violência e o racismo.

### **Contra o racismo e a violência**

Presente à sessão, a ministra de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, destacou que “a violência que assombra a todas nós mulheres assombra muito mais a nós mulheres negras”. Comentando os dados recentemente divulgados sobre o [crescimento em 54% dos assassinatos de mulheres negras](#), Nilma lembrou que para o movimento negro essa estatística não é uma novidade, “porque vivemos essa realidade”. “A relação casa grande e senzala vai se reestruturando, mesmo com a abolição e a República, porque não enfrentamos a questão estrutural do racismo”, ressaltou.

A médica Jurema Werneck, coordenadora da ONG Criola e representante do comitê nacional de organização da Marcha, apontou: “Somos aquelas que a maioria dos brasileiros viu de perto, mas ignorou”. E prosseguiu lembrando que “a Nação brasileira não pode dar um passo adiante se não enfrentar o racismo e a violência”. Jurema ainda falou sobre o retrocesso conservador no Congresso Brasileiro, “que age contra nós quando avança contra a conquista constitucional do Estado laico, quando fomenta, a partir de atos, palavras e legislações aprovadas, o ódio, o preconceito, a violência, a intolerância religiosa. Este Congresso Nacional conservador e retrógrado que tem sido fonte das injustiças e violências contra os quais marchamos”.

O genocídio da juventude e das mulheres negras foi destacado por Juscelene Carvalho, representante do Círculo Palmarino. Emocionada, ela lembrou que “as mães que sofrem somos nós, mulheres negras, que parimos com tanta dificuldade, sofremos racismo no hospital, e quando vemos nossos filhos assassinados e o Estado não tomar providências dilacera nossos corações”. A PEC 215, que ameaça territórios indígenas e quilombolas também foi criticada por ela, que vive em Belém do Pará.

### **Fora Cunha**

Diversos parlamentares parceiros da luta feminista e antirracista falaram no plenário, onde também fizeram discurso líderes de bancadas, incluindo representantes da chamada bancada da Bíblia. A diretora da ONU Mulheres para a América Latina e Caribe, Lúcia Carvalho, e a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, também estiveram presentes.

Ao entrar no plenário, o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), patrocinador do projeto da redução da maioria penal e autor do PL que dificulta às



mulheres vítimas de estupro o acesso ao aborto legal, irritou as representantes dos movimentos sociais negros e antirracistas presentes. As mulheres se retiraram do plenário aos gritos de “Fora Cunha!”. O chefe do Legislativo, implicado na operação Lava Jato após a descoberta de várias contas não declaradas em paraísos fiscais, chegou a determinar que a polícia legislativa retirasse as mulheres do local. Do lado de fora, as mulheres realizaram novo ato, no Salão Verde.

[Confira aqui os vídeos da Comissão Geral disponibilizados pela TV Câmara.](#)

---

## **Altas taxas de assassinatos de mulheres negras são expressão do racismo patriarcal**

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 20/10/2015)** A divulgação pelo Ministério da Justiça dos dados sobre homicídios e mortes de mulheres por agressão, na semana passada, reforça o peso social de uma das principais demandas apresentadas no manifesto nacional da Marcha das Mulheres Negras 2015. Primeira mobilização nacional protagonizada pelas negras brasileiras, a marcha que acontecerá no dia 18 de novembro, em Brasília, destaca a necessidade de o Estado desenvolver políticas efetivas de enfrentamento ao feminicídio de mulheres negras.

**Leia também:** [A justiça é branca e rica, por Djamila Ribeiro \(Carta Capital, 22/10/2015\)](#)

A taxa de morte violenta de mulheres no Brasil é de cerca de 10% do total de homicídios dolosos, como referido no próprio relatório [Diagnóstico dos Homicídios no Brasil](#) pela pesquisadora da UFRGS Stela Meneghel. No entanto, quando analisados os assassinatos de mulheres negras, reproduz-se um perfil qualificado no relatório como de “continuidade das características apresentadas para os homens”. Elas são 68,8% das vítimas. A taxa de assassinatos de negras segue representando o dobro da taxa de homicídios das brancas por 100 mil habitantes. E na população feminina entre 15 e 29 anos a discrepância é ainda maior. Enquanto para as jovens brancas a taxa é de 4,6 por 100 mil, entre as negras sobe para 11,5 por 100 mil, de acordo com informações do DataSUS/2013. A maioria dos óbitos estão relacionados à violência doméstica e intrafamiliar e os autores são, em geral, seus parceiros ou ex-parceiros íntimos.

“Muitas vezes camuflamos essa realidade porque falamos mais das mortes dos meninos, jovens e homens negros, que enlutam sempre mulheres, irmãs, mães, filhas. Mas essa é somente uma das dimensões de como a violência impacta a vida das mulheres negras, que por vezes camufla as outras violências que as mulheres negras sofrem”, ressalta a advogada Maria Sylvia Oliveira, presidenta do Geledés - Instituto da Mulher Negra. Como em outros estudos, no relatório Diagnóstico dos Homicídios no Brasil a população negra aparece como a mais vitimada e vulnerável à violência no país. Representando 50,7% dos brasileiros, os autodeclarados pretos e pardos somaram 72% dos assassinados em 2013, de um total de 50.715 mortes registradas nas quais o campo raça/cor foi preenchido. Há ainda 7% de vítimas de óbito por agressão cuja condição racial não foi identificada nos registros.

## **Racismo patriarcal**

Em seminário promovido pelo Centro de Formação do Sesc São Paulo no último dia 15, ainda antes da divulgação do Diagnóstico, Lúcia Xavier, coordenadora da ONG fluminense Criola, lembrou que “temos ainda dados encobertos, que não permitem que a gente saiba qual é efetivamente a realidade da violência sofrida por essas mulheres. Quais são as condições da violência doméstica e sexual em que as mulheres negras estão mergulhadas? Por que temos um destaque tão especial nesse processo? Por que entre nós a violência faz parte do processo de opressão e invisibilidade?”.

Assistente social e integrante do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, Lúcia Xavier ressaltou que “a escravidão inscreve uma experiência na nossa sociedade que estabelece os lugares onde a gente vive até hoje, constituindo um elemento da ideologia que reforça os papéis sociais que temos e inscreve na sociedade brasileira um *modus operandi* da Justiça, do Direito, um modo de viver, ajudando a perpetuar uma hierarquia”. Como exemplo da realidade, Lúcia lembrou que as trabalhadoras domésticas só conquistaram direitos trabalhistas plenos em 2015. Em 2012, de acordo com a PNAD/IBGE, 63,4% das trabalhadoras domésticas brasileiras se autodeclararam negras.

“Essa dimensão histórica não só trouxe a consequência da opressão que a gente vive até hoje, mas também permite a violência, estabelece as relações de pobreza – que não é só um fenômeno econômico e está associada às condições de gênero, raça e geração em que a gente vive. Nos nega o acesso a bens e serviços de todas as ordens, ajuda a violar direitos, precariza e nos paga muito mal pelo trabalho realizado, ou nos deixa sem trabalho. Além de estabelecer para nós níveis iníquos de morbimortalidade”, aponta.

“Hoje denominamos esse racismo como racismo patriarcal porque compreendemos que no caso das mulheres negras essas dimensões se conjugam nessa opressão”, apontou Lúcia no seminário, ressaltando que o genocídio da juventude negra não afeta apenas os homens. “Mulheres negras morrem na hora do parto como passarinhos. É evidente que há um Estado racista. E um Estado racista propicia ações racistas, e a ideologia não se constitui só de consensos. Não basta fazer a pessoa acreditar que tem um defeito, precisa ter uma dimensão de força para mostrar qual é a sua condição na sociedade. Essa dimensão de força se expressa na mortalidade”, enfatiza.

## **Fatores de risco e potencializadores da violência**

O Diagnóstico de Homicídios aponta categoricamente a cultura patriarcal e a falta de rede de proteção como fatores de risco para a vitimação de mulheres pela violência doméstica que pode resultar em feminicídio. Abusos sexuais e agressões no ambiente familiar também são apontados como elementos que podem influenciar na “procura por parte dos jovens por pertencimento em grupos como gangues e facções do tráfico, além do comportamento agressivo”, aponta o relatório.

Elementos como álcool e drogas são referidos como potencializadores da violência, especialmente no ambiente doméstico, mas não como causa primária. E o relatório ressaltou que várias pesquisas já realizadas nesse sentido não permitem a inferência de uma relação de

causa entre substâncias psicoativas e agressões.

Acesso facilitado a armas de fogo em uma sociedade violenta como a nossa, acúmulo de vulnerabilidades sociais e condições de educação, saúde e renda também são apontados como fatores transversais no incremento às taxas de homicídios.

### **Omissão e conivência**

“Eu atribuo esse processo de violência contra as mulheres a, de certa forma, uma ‘autorização’ da sociedade, quando não diz um ‘não’ veemente a isso. Os próprios questionamentos à Lei Maria da Penha, de que haveria um exagero na lei e ter sido necessário estes questionamentos chegarem até o Supremo Tribunal Federal para ser definido que ela é de fato uma lei justa, falam um pouco sobre essa cultura de que a violência contra as mulheres seria um mal menor”, comenta Lúcia.

A especialista ressalta ainda que as mortes de mulheres de certa forma vitima a todas porque “estamos todas no alvo dessa sociabilidade violenta, que vai desde o assédio sexual no transporte público, passando pela violência doméstica e intrafamiliar e a morte”, diz.

“E, no caso das mulheres negras, isso é acrescido de uma representação negativa de que elas ‘não prestam’, ‘são lascivas’, ‘afetas a uma sexualidade exacerbada’, são objetos. Isso é muito forte ainda na sociedade, tanto que é possível ver situações como estas espelhadas em diferentes contextos”. Lúcia também ressalta que o fato de a violência contra as mulheres ainda ser compreendida como um dado “da esfera das desavenças, ciúmes, loucura, alcoolismo” muitas vezes faz com que mesmo agentes do Estado, em especial das polícias, tratem com simplicidade uma situação tão grave. “Falta uma resposta à altura. E não basta dizer que o cara vai preso ao final. É preciso nomear que este é um crime que a sociedade não tolera, que não pode acontecer”.

Saiba mais acessando o relatório [Diagnóstico dos Homicídios no Brasil](#)

---

## **“A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas”, destaca pesquisadora**

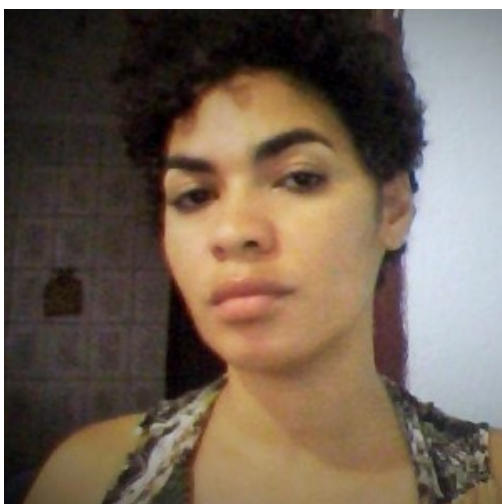
**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 06/08/2015)** Diversificados agentes de agressão, incluindo o Estado, maior exposição à violência tipificada na Lei Maria da Penha, inclusive no ambiente de trabalho, como no caso das trabalhadoras domésticas, e maior insegurança até mesmo dentro do lar. Estas são realidades vividas pelas mulheres negras no Brasil que evidenciam a relação intrínseca entre o racismo estruturante da sociedade brasileira e as violações de direitos sofridas cotidianamente por um quarto da população nacional.

A pesquisadora Jackeline Aparecida Ferreira Romio é uma das colaboradoras do

### [Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil](#)

(publicado pelo Ipea em 2013). Mestre e doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp, Jackeline destaca o peso da escravidão, do colonialismo, da ditadura e do neoliberalismo na maximização dos índices de violência contra as mulheres negras e outros grupos, com a “função de manter o sistema de exploração e privilégios”.

Confira a entrevista concedida por e-mail à *Agência Patrícia Galvão* durante a produção do [Dossiê Violência contra as Mulheres](#)



*Jackeline Romio (arquivo pessoal)*

### **Quais são as principais especificidades da violência doméstica quando as vítimas são mulheres negras?**

Diferentemente do que idealizamos e somos ensinados a acreditar, como dizia Heleieth Saffioti, no grupo domiciliar e na família não reinam a paz e a segurança, já que nestes ambientes ocorre com frequência situações de competição, trapaça e violência, silenciadas pela regra das quatro paredes e dos segredos de família.

No caso das mulheres negras este quadro é amplificado pelo racismo, que diversifica os agentes da agressão, incluindo a violência cometida por agentes do Estado que invadem um domicílio, por exemplo. Além da frequência em outros domicílios, caso das babás e trabalhadoras domésticas, que também podem tornar-se locais de violência doméstica híbrida com outras formas de violência, inclusive a racial.

Segundo o suplemento [Características da Vitimização e do Acesso à Justiça \(PNAD 2009\)](#), a sensação de segurança no lar é maior para homens que para mulheres, e maior para mulheres brancas que para mulheres negras. Embora os percentuais sejam bem próximos, 79% das mulheres brancas e 76% das mulheres negras. Um estudo mais específico para as questões de gênero e raça poderia evidenciar melhor o impacto do racismo patriarcal na experiência da violência doméstica para mulheres negras, brancas e para as indígenas e quilombolas que apresentam outras especificidades, como os conflitos por terra.

### **E na violência sexual, quais são as características mais presentes nos casos que envolvem mulheres negras?**

Discutindo a violência sexual de forma ampla, não apenas centrada na questão do estupro e assédio, podemos ver que a mulher negra ainda tem que enfrentar a exploração sexual infantil e de adolescentes e o tráfico de mulheres, violência em que as negras compõem o grupo de

maior incidência. Estes tipos de violência têm forte relação com as imagens de controle que envolvem a mulher negra como objeto de consumo e exploração sexual, como também com a ausência de políticas públicas de controle e responsabilidade midiática e com a indústria do turismo, que deveria trabalhar para a eliminação desses estereótipos, mas acaba por reforçá-los.

Gostaria de explicar como isso funciona utilizando como base os estudos da feminista negra Patrícia Hill Collins, para quem os estereótipos vinculados à representação social são fontes inesgotáveis de violência contra as mulheres negras e também confinadores sociais. Patricia descreve quatro principais estereótipos ou imagens de controle sobre as mulheres negras, que podem ser aplicados para o Brasil e nossos contextos de violência: a *mammy* (mãe preta); a matriarca (guerreira); a *welfare mother* (mãe dependente da assistência social); e a Jezebel (prostituta).

### **E no assassinato de mulheres, é possível perceber distinções entre os feminicídios de negras e não negras?**

A ocorrência de homicídios contra mulheres no Brasil segue o mesmo perfil racial e etário dos homens: são as jovens negras as maiores vítimas. A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas, isto na média nacional, pois existem Estados onde a desigualdade racial é ainda maior. Há também a questão da mulher indígena, que muitas vezes é ignorada na elaboração destes índices com a justificativa de que é baixo o volume das mortes violentas nesta população. Quando calculamos a proporção destas mortes para mulheres indígenas observamos que o índice vem aumentando, aproximando-se ao das mulheres negras, demonstrando que ser vítima de homicídios tem relação com as desigualdades étnico/raciais. É importante entender que existe diferença entre a análise do assassinato de mulheres quando utilizamos o conceito feminicídio, pois ele diz respeito aos assassinatos de mulheres por homens por elas serem mulheres. Ou seja, buscar saber o sexo do agressor, tipo de relação entre vítima e agressor, presença de violência sexual, tortura e desfiguração do corpo são aspectos essenciais para esta análise. Porém, ainda não contamos com estas informações de forma direta.

Quando pensamos nos feminicídios de mulheres negras e suas especificidades, mais uma vez aparecem novos agentes e cenários, inclusive institucionais, como a polícia. Basta lembrarmos do assassinato de [Cláudia Silva Ferreira](#), um feminicídio racista por agente público.

### **E qual é a influência da cultura de violência e do racismo nos índices mais altos de violência contra a mulher negra em relação à participação das negras na população?**

Muitos estudos têm discutido que a violência é marcante nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres e relaciona-se intimamente com as opressões de raça, classe social, orientação sexual e outras formas de discriminação e preconceito. Tenho me convencido dia após dia de que não se trata de um problema de cultura e sim de política e economia, pois a cultura é fortemente influenciada por estes aspectos.

Em uma sociedade como a nossa, marcada pela escravidão, colonialismo, ditadura e neoliberalismo, estar na base da pirâmide impacta no valor que a nossa vida e o nosso trabalho têm. Acredito, assim como as feministas negras e materialistas, que a sobrecarga de violência que afeta a vida das trabalhadoras negras e de outros grupos marginalizados tem como função manter o sistema de exploração e privilégios. A enxurrada de mortes de mulheres negras e homens negros cria a cultura de que nossa vida não tem muito valor, instaura o medo e tem efeito imobilizador.

### **Para contatar a entrevistada:**

**Jackeline Aparecida Ferreira Romio** - mestre e doutoranda em demografia pelo

## **20 de novembro: um dia para lembrar a discriminação cotidiana das mulheres negras**

**(Luciana Araújo / Agência Patrícia Galvão)** No Brasil, o dia 20 de novembro marca, além do Dia da Consciência Negra, o início das atividades dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O calendário, que internacionalmente tem início no 25 de novembro (Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher) e vai até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), foi antecipado no País para resgatar o peso que o racismo estruturante e estrutural vigente em nossa sociedade tem na maior vulnerabilidade das mulheres negras à sistemática violação dos direitos humanos.

### ***Leia mais:***

[\*Consciência Negra: muito além do 20 de novembro \(Brasil de Fato, 19/11/2014\)\*](#)

### **Desigualdades de gênero e raça em números**

Conforme apontou o [Informe Anual 2013-2014: O Enfrentamento da Violência contra as Mulheres na América Latina e no Caribe](#), publicado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) no início deste mês, as violações à integridade física, moral ou psicológica da mulher não podem ser analisadas fora do contexto social. E todos os marcadores sociais, quando avaliados na perspectiva da mulher negra, mostram dados que contribuem para que essa parcela da população esteja mais suscetível à violência.

Estudo publicado em agosto deste ano pelo Laboratório de Análises Estatísticas, Econômicas e Sociais das Relações Sociais do Instituto de Economia da UFRJ aponta que o rendimento médio das mulheres pretas e pardas chegava a ser até 140% menor que o de homens brancos no País (*ver tabela abaixo*).

**Tabela II. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 14 (em R\$, jun / 14 - INPC)**

	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
Homens Brancos	2.026,28	2.911,72	3.351,65	2.784,35
Mulheres Brancas	1.697,50	2.048,84	2.472,13	2.034,82
<b>Brancos</b>	<b>1.860,61</b>	<b>2.492,14</b>	<b>2.944,98</b>	<b>2.435,24</b>
Homens Pretos & Pardos	1.511,43	1.798,44	1.839,33	1.621,50
Mulheres Pretas & Pardas	1.093,43	1.210,36	1.389,79	1.214,91
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>1.331,39</b>	<b>1.530,11</b>	<b>1.635,75</b>	<b>1.437,60</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.496,27</b>	<b>1.892,76</b>	<b>2.266,63</b>	<b>2.106,29</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

O relatório [Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010](#), divulgado pelo IBGE em outubro deste ano, mostra que, embora as taxas de analfabetismo no Brasil tenham caído de forma mais intensa entre as mulheres pretas (36,2%), o percentual ainda é 2,3 vezes superior à taxa verificada entre as mulheres brancas.

As mulheres negras também são maioria entre os desempregados e subempregados, entre as [vítimas de tráfico de pessoas](#) e as [vítimas de assassinato](#). Em recente entrevista ao jornal *O Globo*, o ginecologista Mario Giani Monteiro, do Instituto de Medicina Social da UERJ, declarou que [mulheres negras têm 2,5 vezes mais riscos de morrer por complicações pós-aborto do que as brancas](#).

### **É preciso desconstruir o imaginário sobre as mulheres negras**

A imagem da mulher na mídia também é sempre um tema polêmico, particularmente em razão da hipersexualização, objetificação e reforço de estereótipos subalternos, constantemente questionados por organizações feministas. No caso das mulheres negras, episódios como o da campanha publicitária da [cerveja Devassa](#) somam-se à [invisibilização](#) ou a reiteração de lugares marcados pelo preconceito, como no recente [caso do seriado 'O Sexo e as Negas'](#), em exibição na Rede Globo de Televisão, que gerou protestos de dezenas de organizações e instituições.

A jornalista Rosane Borges falou à reportagem da Agência Patrícia Galvão sobre o significado simbólico do Dia da Consciência Negra, às vésperas da realização da [Marcha das Mulheres Negras](#), que acontece em maio do ano que vem. Rosane coordenou o [Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros](#) e integra o comitê nacional de organização da Marcha.

“Este 20 de novembro tem um caráter especial por uma série de elementos. E, do ponto de vista da representação das mulheres negras, lamentavelmente, será lançada neste feriado uma corrente de artistas e personalidades em apoio ao seriado ‘O Sexo e as Negas’, mobilizada pela Rede Globo. Então, é importante pensar que, no contexto da construção da Marcha das Mulheres Negras pelo Fim do Racismo, do Sexismo e pelo Bem Viver, trazemos um conjunto de questionamentos que põem em xeque o imaginário que sustenta uma imagem distorcida da mulher negra. Quando falamos em sexismo e racismo, para além das questões materiais, das desigualdades no mercado de trabalho, das diferenças salariais, consideramos que, para as mulheres em geral e mais ainda para nós, mulheres negras, a questão do imaginário tem importância estratégica. Então, temos um 20 de novembro marcado por uma reatualização da

agenda do movimento de mulheres negras e do movimento negro, com ênfases em algumas pautas, e a pauta relacionada à imagem, à visibilidade, vem hoje, de fato, como algo prioritário. E, além das manifestações e passeatas, haverá iniciativas de mulheres negras em todo o País, em uma contraofensiva a essa imagem estereotipada que aparece na mídia”.

### **Resgatar o legado das mulheres negras para o Brasil**

O 20 de novembro também precisa ressignificar a contribuição das mulheres negras à história brasileira. Nas homenagens a Zumbi dos Palmares, o papel de Dandara e de Luiza Mahin na luta contra a escravatura deve ser resgatado com maior força. Assim como as contribuições de mulheres negras aos campos das artes, da política e das ciências, como no caso das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo (que segue em atividade), da médica e militante comunista Maria Aragão, e da antropóloga feminista Lélia Gonzalez.

“Esse é um nó para pensarmos. A mulher no geral, mas a mulher negra em particular, foi vitimada pela cultura da invisibilidade. Esse é um dos efeitos mais perversos do racismo e do sexismo, porque afeta em grande parte as mulheres negras. Em toda a agenda do movimento negro, quando conseguimos romper algumas barreiras de invisibilidade e do silêncio que nos é imposto, essas barreiras são quebradas em favor de homens negros. Então, temos uma luta específica, dentro da grande luta geral contra o racismo, que é incidir sobre um problema que é estrutural e que atinge também o movimento feminista clássico, dito geral, porque a invisibilidade que as mulheres brancas denunciaram não traz em seu bojo a radicalidade do racismo. Então, do ponto de vista racial, é o homem negro que emerge e do ponto de vista do feminismo é a mulher branca que aparece. Há uma deficiência, e às vezes uma inoperância mesmo, das reivindicações no que diz respeito à presença da mulher negra. Por isso, a pauta do imaginário é muito importante, porque é ele que nos coloca absolutamente nas sombras”.

Rosane Borges destaca também a importância de iniciativas de resgate histórico das contribuições da mulher negra à sociedade brasileira. “Como diz [*a filósofa e ativista*] Sueli Carneiro, deve ser um trabalho de pesquisa e um esforço intelectual, não restrito à academia, que nem sempre é o lugar mais apropriado, para dar visibilidade ao esforço de feministas negras ou não feministas que trabalharam ou estão trabalhando com o legado das mulheres negras à nossa história. E isso é fundamental, porque o que não é visto, não é lembrado, inexistente. O sujeito mulher negra existe no imaginário dentro de uma lógica muito restrita, do trabalho subalternizado, da empregada doméstica; fora desses espaços a gente some. A reconstrução da memória é uma tarefa política, um desafio de extrema importância. O que significa o seriado ‘O Sexo e as Negas’? Que não há na produção da Rede Globo uma percepção de que, a despeito da nossa posição em espaços subalternizados, as mulheres negras têm uma história de luta e de inserção em outros espaços sociais. A repetição desses lugares subalternizados revela que o olhar sobre nós ainda é muito limitado, porque a nossa trajetória de participação no País, das mulheres que colaboraram para transformar o País, que pensaram a Nação brasileira, que lutaram pela democracia, some. E temos que resgatar esse legado na escravidão e no pós-escravidão”.

Ainda sobre o seriado, Rosane destaca que se trata de uma expressão do racismo institucional que existe no Brasil, levando à situação de que mesmo as ações que advogam a “exaltação” da mulher negra reforçam essa lógica. “Esse racismo, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação são tão arraigados que não se consegue promover outros mecanismos para pensar o outro, a outra. Por exemplo, até mesmo nos cartazes produzidos pelos governos a gente só vê a mulher negra em ações de assistência social. E se é verdade que somos nós que



precisamos majoritariamente dessas políticas, quando são ações positivas, fora da assistência social, a mulher negra não aparece ou é 'embranquecida'. E o Estado brasileiro tem o dever de promover uma outra imagem na exata medida em que promove a inclusão desse sujeito nas políticas de assistência social. Porque a melhoria das condições materiais de um povo e de um grupo racialmente discriminado se dá juntamente com as imagens promovidas". E Rosane lembra que a mídia, enquanto concessão pública, também tem essa responsabilidade.

As perspectivas para mudar o quadro de ausência de políticas públicas que assegurem real equidade nas condições de vida e respeito à cidadania da população negra não são muito animadoras diante do resultado eleitoral deste ano. Segundo dados da Câmara dos Deputados, [71% dos eleitos para aquela casa legislativa são homens brancos](#). As mulheres negras representam 2,2% dos 513 deputados. Os deputados autodeclarados negros somam 19% da Câmara. Em audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Casa no último dia 18, a [ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial \(Seppir\), Luiza Bairros](#), abordou essa dificuldade.